

MERCADOS



Bovespa sobe 0,49%, mas não evita perda de 1,71% na semana

LUÍS EDUARDO LEAL/AE

Mesmo em alta de 0,49%, aos 184.108,29 pontos no fechamento da sessão, a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) acumulou a quarta perda semanal, com giro a R\$ 30 bilhões nesta sexta-feira. Entre a mínima e a máxima, oscilou dos 183.217,23 até os 185.584,45 pontos, tendo saído de abertura aos 183.222,05. No ano, sobe 14,26%. Na semana, caiu 1,71%.

Na B3 nesta sexta-feira, Petróbras encerrou o dia na contração do petróleo, com a ON em baixa de 0,87% e a PN, de 1,19%, na mínima do dia no fechamento, a R\$ 45,67. No ano, contudo, ambas as ações são destaques absolutos entre as blue chips, com a primeira em alta de 55,43% e a segunda, de 49,89%, comparadas a 13,24% para Vale ON, principal papel do Ibovespa (Índice Bovespa), e 6,07% para Itaú PN, principal papel do setor financeiro, o segmento de maior peso no índice da B3.

Na sessão, Itaú PN +1,15% e Vale ON +1,77%. Na ponta ganhadora do Ibovespa nesta sexta-feira, Yduqs (+7,87%), Localiza (+7,62%) e Vibra (+4,55%). No lado oposto, Em-

braer (-11,45%), Vivara (-10,77%) e Magazine Luiza (-9,95%).

DÓLAR

O dólar encerrou a sessão desta sexta-feira, em queda firme e abaixo do nível de R\$ 4,90 no fechamento pela primeira vez desde meados de janeiro de 2024. A moeda norte-americana perdeu força globalmente e divisas emergentes ganharam terreno com o aumento do apetite ao risco no exterior, após dados do mercado de trabalho nos EUA reduzirem os temores de estagnação.

Em baixa desde a abertura do pregão, o dólar rompeu o piso de R\$ 4,90 durante a primeira hora de negócios. Com mínima de R\$ 4,8910, terminou o dia em baixa de 0,6%, a R\$ 4,8939 - menor valor de fechamento desde 15 de janeiro de 2024 (R\$ 4,8662).

O dólar encerrou a primeira semana de maio com perdas de 1,19%, depois da baixa de 4,36% em abril. No ano, a moeda norte-americana acumula desvalorização de 10,84% em relação ao real, que apresenta o melhor desempenho no período entre as divisas mais líquidas.

MARÇO

Faturamento da indústria tem recuperação e sobe 3,8%

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

O faturamento da indústria de transformação brasileira cresceu em março, indicando uma recuperação parcial da atividade industrial. Segundo a pesquisa Indicadores Industriais, da Confederação Nacional da Indústria (CNI), divulgada nesta sexta-feira, o setor ainda acumula perdas na comparação com o ano passado, apesar da melhora mensal, reflexo dos juros elevados e da desaceleração da demanda.

O faturamento industrial avançou em março na comparação com fevereiro, mas continua abaixo do desempenho registrado no ano passado.

Em nota, o gerente de Análise Econômica da CNI, Marcelo Azevedo, afirma que os juros elevados continuam afetando o setor.

“De lá para cá [desde o primeiro trimestre do ano passa-

do], a demanda por bens industriais começou a perder força por causa da elevação da taxa de juros, que teve início no fim de 2024 e persistiu em 2025, contribuindo para a queda do faturamento na comparação interanual”, explicou.

Ele ressalta que juros altos encarecem o crédito e reduzem o consumo e os investimentos, diminuindo as encomendas para as fábricas.

PRODUÇÃO AVANÇA

As horas trabalhadas na produção cresceram pelo terceiro mês seguido, sinalizando aumento gradual do ritmo de atividade nas fábricas.

- Alta de 1,4% em março;
- Queda acumulada de 1,5% no trimestre frente a 2025.

O indicador mede o tempo efetivamente dedicado à produção industrial. Quando sobe, costuma indicar aumento da atividade nas linhas de produção.

OCIOSIDADE PERSISTE

A indústria também aumentou levemente o uso de sua capacidade produtiva, mas ainda opera abaixo do nível observado no ano passado.

- Utilização da Capacidade Instalada (UCI) passou de 77,5% para 77,8%;
- Alta de 0,3 ponto percentual entre fevereiro e março.

O indicador mede quanto do parque industrial está efetivamente em uso. Segundo Marcelo Azevedo, o dado mostra que ainda existe espaço para elevar a produção sem necessidade de grandes investimentos.

“Há maquinário e pessoal, mas a indústria vem produzindo menos do que pode por causa de uma demanda mais fraca”, afirmou.

EMPREGO CAI

O mercado de trabalho industrial segue pressionado, com redução nas contratações.

- Emprego industrial caiu 0,3% em março;

- Quinta queda em sete meses;
- Recuo acumulado de 0,7% em relação ao primeiro trimestre de 2025.

O resultado mostra que as empresas continuam cautelosas diante do cenário econômico mais fraco.

SALÁRIOS RECUAM

Os salários pagos aos trabalhadores da indústria caíram em março, embora os indicadores ainda permaneçam acima dos níveis do ano passado.

- Massa salarial caiu 2,4% em março;
- Rendimento médio real recuou 1,8%;
- Massa salarial acumulada alta de 0,8% no trimestre;
- Rendimento médio sobe 1,5% ante primeiro trimestre de 2025.

A massa salarial representa o total pago pelas empresas aos trabalhadores do setor. O rendimento médio real considera os salários descontada a inflação.

RECORDE

Embraer anuncia melhor primeiro trimestre em vendas de sua história

A Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer) registrou arrecadação recorde de US\$ 1,4 bilhão (6,9 bilhões) no primeiro trimestre de 2026, um crescimento de 31% em comparação com o mesmo período do ano passado. É o melhor primeiro trimestre da história da empresa aeroespacial brasileira, segundo balanço divulgado nes-

ta sexta-feira.

Segundo a companhia, o bom resultado vem principalmente das áreas de Defesa & Segurança e da Aviação Comercial, que tiveram crescimento anual de 47% e 32% respectivamente.

No entanto, o lucro líquido da empresa, no trimestre, sofreu perdas. Até o momento, o lucro foi de R\$ 136 milhões (US\$ 27,7

milhões), o que representa uma queda em relação aos três primeiros meses do ano passado, onde houve lucro líquido de R\$ 248 milhões (US\$ 50 milhões).

Negociação importante

No início desta semana, a Embraer anunciou a venda para os Emirados Árabes Unidos de dez aeronaves C-390 Millennium, com de negociação de

mais dez unidades. A compra foi feita pela Tawazun Council for Defence Enablement, empresa responsável por fomentar e regular o ecossistema industrial de defesa e segurança do país.

A negociação é tratada pela Embraer como um marco histórico por ser o maior pedido internacional feito por um único país.

BANCO CENTRAL

Poupança tem retirada líquida de R\$ 476,4 milhões em abril

ANDREIA VERDÉLIO/ABRASIL

O saldo da aplicação na caderneta de poupança caiu em abril deste ano, com registro de mais saques do que depósitos. As saídas superaram as entradas em R\$ 476,4 milhões, de acordo com relatório divulgado ontem pelo Banco Central (BC).

No mês passado, foram aplicados R\$ 362,2 bilhões, contra saques da ordem de R\$ 362,7 bilhões. Os rendimentos creditados nas contas de poupança somaram R\$ 6,3 bilhões. O saldo da poupança é de pouco mais de

R\$ 1 trilhão.

Nos últimos anos, a caderneta vem registrando mais saques que depósitos. Em 2023 e 2024, as retiradas líquidas foram R\$ 87,8 bilhões e R\$ 15,5 bilhões, respectivamente. No ano passado, o saldo negativo da poupança chegou a R\$ 85,6 bilhões.

Nos primeiros quatro meses deste ano, a caderneta já acumula R\$ 41,7 bilhões em retiradas líquidas. Entre as razões para os saques está a manutenção da Selic - a taxa básica de juros - em alta, o que estimula a aplicação em investimentos com me-

lhor desempenho.

Na última reunião, neste mês, o Comitê de Política Monetária (Copom) do BC fez um corte de 0,25 ponto percentual na Selic, para 14,5% ao ano. Apesar das tensões causadas pela guerra no Oriente Médio e das expectativas de inflação em alta, a autoridade monetária manteve o ciclo de redução da taxa básica, mas não deu pistas sobre a evolução dos juros.

A Selic é o principal instrumento do BC para garantir que a meta de 3% para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor

Amplo (IPCA), referência oficial da inflação no país, seja alcançada. Quando o Copom aumenta a taxa básica de juros, a finalidade é conter a demanda aquecida e isso causa reflexos nos preços porque os juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança.

Em março, a alta dos preços em transportes e alimentação fez a inflação oficial do mês fechar em 0,88% - ante 0,7% em fevereiro. O IPCA acumulado em 12 meses ficou em 4,14%, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

GÁS DO POVO

kGoverno fixa data de pagamento em todo dia 10

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

O benefício do Programa Gás do Povo será pago sempre no dia 10 de cada mês, independentemente de a data cair em fim de semana ou feriado, informou nesta sexta-feira o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate

à Fome (MDS). A medida começa a valer já neste domingo, quando será liberado o crédito de maio para 2,71 milhões de famílias brasileiras.

De acordo com o MDS, o investimento total em maio será de R\$ 288,66 milhões. O programa garante a recarga gratuita do botijão de gás de 13 quilos para

famílias de baixa renda cadastradas no Cadastro Único.

COMO FUNCIONA

O benefício é concedido de acordo com o tamanho da família registrada no Cadastro Único.

- famílias com dois ou três integrantes recebem um vale a

- famílias com quatro ou mais pessoas recebem um vale a cada dois meses.

Segundo o governo, o vale anterior permanece válido até o dia 9 do mês seguinte ao novo pagamento.

Em maio, cerca de 345 mil famílias entrarão no programa pela primeira vez.

APOSENTADOS

TCU libera novos consignados do INSS após recurso da AGU

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

O ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) Marcos Bemquerer Costa autorizou nesta sexta-feira a retomada da concessão de novos empréstimos pessoais consignados do INSS, após analisar um recurso apresentado pelo governo federal.

A decisão tem efeito imediato e vale até o julgamento definitivo do caso pelo plenário da Corte.

As modalidades de “cartão de crédito consignado” e “cartão consignado de benefício”, no entanto, continuam suspensas por determinação do tribunal.

EMPRÉSTIMOS

A decisão atende a um pedido apresentado pela Advocacia-Geral da União (AGU) após o TCU determinar, na semana passada, a suspensão de novas operações de crédito consignado para aposentados e pensionistas do INSS.

No recurso, o Executivo argumentou que a interrupção dos empréstimos pessoais poderia gerar impactos econômicos e sociais relevantes, ao dificultar o acesso ao crédito por parte dos segurados.

Segundo o governo, a medida poderia empurrar aposentados para linhas de crédito mais caras, aumentar o risco de superendividamento e reduzir a circulação de dinheiro na economia.

Ao liberar novamente os empréstimos pessoais, o ministro afirmou que houve avanço na implementação de mecanismos de segurança no

sistema utilizado para as operações.

“Novas informações acerca do estágio avançado da implementação das demandas estruturantes da segurança dos empréstimos pessoais consignados justificam, excepcionalmente, a suspensão da medida cautelar”, escreveu Bemquerer na decisão.

CARTÕES SUSPENSOS

Apesar da liberação parcial, o TCU manteve proibidas as novas concessões nas modalidades:

- cartão de crédito consignado;
- cartão consignado de benefício.

Esses produtos são considerados mais sensíveis pelo tribunal devido ao maior número de indícios de irregularidades encontrados nas auditorias. A suspensão continuará válida até nova análise da Corte.

ENTENDA O CASO

Em 29 de abril, o TCU determinou a suspensão imediata de novos empréstimos consignados do INSS após identificar falhas de segurança no sistema “eConsignado”.

Segundo o tribunal, havia risco de danos financeiros aos aposentados e também aos cofres públicos.

MERCADO BILIONÁRIO

A suspensão dos consignados havia gerado preocupação no mercado financeiro e dentro do governo. O setor movimenta cerca de R\$ 100 bilhões e atende milhões de aposentados e pensionistas do INSS.

Diário do
Acionista

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

São Paulo

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: redacao@diariodoacionista.com.br

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALIS



ACESSE NOSSO SITE

CONCESSÕES

Governo renova contratos de 14 distribuidoras de energia

RENAN MONTEIRO, JOÃO CAIRES, LAVÍNIA KAUCZ E GABRIEL DE SOUSA/AE

O governo federal oficializou nesta sexta-feira, a renovação dos contratos de concessão de um grupo de 14 distribuidoras de energia elétrica do país. Com duas empresas com contratos já renovados recentemente, são agora 16 concessionárias com prorrogação na prestação de serviço por mais 30 anos na atual gestão do governo federal. Foram informados investimentos que devem chegar aos R\$ 130 bilhões nos próximos cinco anos em 13 estados. Isso significa aproximadamente 41 milhões de famílias afetadas.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva cobrou a prestação de contas para que de fato os investimentos anunciados sejam implementados.

São estimados 100 mil empregos diretos e indiretos e 30 mil profissionais capacitados até 2030. A renovação contra-

tual por 30 anos para as concessões ocorre com base no decreto de 2024 publicado pelo governo e a posterior regulamentação na Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, reforçou que as empresas devem cumprir todas as 17 diretrizes que foram elencadas em decreto de 2024, incluindo a obrigatoriedade de entregar o mesmo nível de qualidade no serviço de energia para todos os bairros da concessão, melhoria dos canais de atendimento à população, obrigatoriedade de metas para recomposição do serviço após a ocorrência de situações climáticas extremas, dentre outras.

"O presidente assinou o decreto a favor do povo, que reclama muito e com razão dos serviços de distribuição, que precisa melhorar essa qualidade, priorizar a mão-de-obra, aumentar os investimentos para termos redes subterrâneas e não termos tantos problemas como temos hoje, quando tem ventanias",

declarou o ministro.

SATISFAÇÃO

Outra mudança considerada significativa no setor foi a fixação da satisfação do consumidor como indicador de avaliação da distribuidora. Em última análise, esse parâmetro poderá servir de base para troca da distribuidora se, sistematicamente, os consumidores estiverem insatisfeitos com o serviço prestado.

As distribuidoras devem ainda manter um nível adequado de geração de caixa e endividamento, com espaço para investimentos para melhoria do desempenho. O descumprimento dessas obrigações sujeita a distribuidora à limitação da distribuição de dividendos, restrição de negócios entre partes relacionadas e, no limite, à caducidade da concessão.

No geral, a renovação está baseada em um quadro considerado mais rígido para cumprir os parâmetros de qualidade. Os antigos contratos, firmados no final da década de 90,

eram pouco exigentes com relação aos critérios de qualidade no fornecimento de energia elétrica para os consumidores brasileiros, segundo o argumento do Ministério.

A Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee) representa 99,6% das distribuidoras, com 42 associadas "Nosso segmento de distribuição está investindo e investirá até 2029, R\$ 235 bilhões de reais", declarou Patricia Audi, presidente da entidade. Ele falou das empresas de forma geral, não apenas daquelas que estão renovando contrato no atual ciclo.

No atual ciclo de renovações são 19 concessionárias de distribuição, com contratos expirando entre 2025 e 2031. Duas distribuidoras já tiveram a assinatura da prorrogação. Agora, mais 14 empresas passam por essa fase final, com cerimônia nesta tarde. Com isso, ficará faltando apenas a definição sobre as renovações das três distribuidoras operadas pelo grupo Enel.

AVIAÇÃO

Embraer não vê impacto da guerra na empresa até agora

ELISA CALMON/AE

O aumento dos custos, com a disparada do petróleo, pode impactar os planos de expansão e renovação das frotas das companhias aéreas. No entanto, a Embraer não identifica, até o momento, um impacto direto do conflito para a companhia, segundo o CEO da fabricante, Francisco Gomes Neto.

"Não identificamos nenhuma queda de interesse em nossas campanhas de vendas ou qualquer movimento para adiar entregas", reforçou o

executivo durante teleconferência de resultados.

Gomes Neto avaliou ainda que a Embraer está bem posicionada nesse contexto de alta de combustível, principalmente com o modelo E2. "Temos a aeronave mais eficiente no segmento de pequeno porte e corredor único e observamos cada vez mais interesse nesse produto", acrescentou.

Diante desse cenário, o CEO da Embraer finalizou dizendo que a fabricante está "cautelosamente otimista" em relação às novas campanhas com o modelo E2.

BANCO CENTRAL

Fed vê riscos ligados a resgates de crédito privado 'gerenciáveis'

DARLAN DE AZEVEDO E THAIS PORSCH/AE

O Federal Reserve (Fed, o banco central norte-americano) afirmou nesta sexta-feira, que os riscos à estabilidade decorrentes de novos pedidos de resgate de crédito privado parecem "limitados e gerenciáveis", após alguns dos maiores nomes do mercado restringirem saques em fundos nos últimos meses.

"Embora as saídas desses fundos tenham excedido moderadamente as novas entradas no primeiro trimestre de 2026, os pedidos de resgate permaneceram gerenciáveis", disse o Fed em seu mais novo relatório de estabilidade financeira.

O BC norte-americano,

contudo, afirma que o resgate contínuo de crédito privado e o sentimento negativo podem limitar o acesso ao crédito.

Os respondentes da pesquisa, colocaram os riscos geopolíticos no topo da lista de preocupações, subindo uma posição em relação à pesquisa do outono (do Hemisfério Norte) de 2025. Em segundo lugar ficou o choque do petróleo, fator que não apareceu na pesquisa anterior.

A inteligência artificial subiu da quinta para a terceira posição. Segundo a instituição monetária, estão aumentando as preocupações de que o crescimento em IA esteja sendo impulsionado por dívida e que o uso amplo da tecnologia pode aumentar o desemprego.

COMBUSTÍVEIS

Diesel S-10 cai 0,5%, gasolina recua 0,2% e GLP fica estável

POR DENISE LUNA/AE

Os preços dos combustíveis tiveram um ligeiro alívio na semana de 3 a 9 de maio, segundo o Levantamento de Preços da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). O preço do diesel S-10 caiu 0,5% e da gasolina, 0,2% nos postos de abastecimento, enquanto o gás de cozinha se manteve estável, após altas semanais sucessivas em abril.

O diesel S-10 mais caro do País foi encontrado em Ourinhos, interior de São Paulo, a R\$ 9,99 o litro.

Já a gasolina com maior preço foi comercializada no Guarujá, no litoral paulista, a

R\$ 9,59 o litro.

O gás de cozinha voltou a registrar o maior valor em Boa Vista, Roraima, atingindo R\$ 156 o botijão de 13 quilos de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP).

O comportamento dos preços nesta semana, comparada à semana anterior, reflete o recuo do preço do petróleo e as medidas de subvenção do governo.

Além disso, a Refinaria de Mataripe, na Bahia, que pratica a política de paridade de importação (PPI) e tem 14% do mercado de refino, interrompeu uma série de altas com a queda do preço do petróleo.

Lula diz que é gratificante a ideia de que o país nunca mais 'sofrerá apagão'

GABRIEL DE SOUSA, JOÃO CAIRES, LAVÍNIA KAUCZ E RENAN MONTEIRO/AE

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT) (foto), afirmou nesta sexta-feira, que, diante dos avanços do setor energético, é possível pensar em um País em que nunca mais ocorram apagões. Em outubro do ano passado, um incêndio em um reator no Paraná afetou todos os 26 estados e o Distrito Federal, deixando a população sem luz entre 40 minutos e 2 horas e 30 minutos.

"É muito gratificante que a gente apresente para a socieda-

de brasileira a ideia de que a gente pode ter um país em que nunca mais teremos um apagão", declarou o presidente durante evento no Centro Internacional de Convenções do Brasil (CICB), em Brasília.

Nesta sexta-feira, o presidente participou das assinaturas das renovações contratuais das distribuidoras de energia. As entidades são aquelas que já receberam o aval da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e do Ministério de Minas e Energia (MME). Lula também assinou um decreto que busca ampliar e modernizar o programa Luz para Todos.

A Enel ficou de fora por enfrentar processos administrativos abertos pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). A agência reguladora avalia cancelar o contrato de distribuição da concessionária em São Paulo.

Sem citar a Enel, Lula disse que uma empresa de energia elétrica italiana havia descumprido promessas feitas para ele, para o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, e a primeira-ministra da Itália, Giorgia Meloni.

"A verdade nua e crua é que essa empresa não cumpriu nada do que prometeu para mim e para a primeira-ministra da Itália", disse Lula.



VALTER CAMPANATO/ABRASIL

SILVEIRA

Programa Luz Para Todos atenderá cerca de 230 mil novas famílias

JOÃO CAIRES, RENAN MONTEIRO E LAVÍNIA KAUCZ/AE

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, disse nesta sexta-feira que o Programa Luz para Todos irá atender até 233 mil novas famílias com a ampliação do alcance da política assinada durante evento em Brasília, com foco em comunidades remotas da Amazônia e no uso produtivo da energia para geração de renda.

De acordo com o ministério, as mudanças incluem novos critérios técnicos, monitoramento de resultados e prioridade para famílias em situação de vulnera-

bilidade social, cozinhas comunitárias e iniciativas ligadas à bioeconomia.

"O programa terá um novo alcance. Atenderá cerca de 230 mil novas famílias. A maior novidade é a possibilidade do uso produtivo da energia do programa. Uma antiga demanda das comunidades locais. Vai poder levar a energia com mais força", afirmou durante evento em Brasília (DF).

Segundo o ministro, a medida irá beneficiar, ainda, os produtores rurais com a possibilidade de utilização nos novos equipamentos elétricos que sua rotina produtiva.

"Avançamos e levar força, em especial ao campo, para produzir mais, seja por pequeno, por médio ou grande agricultor. Com a ampliação das famílias, poderão receber equipamentos mais compactos para gerar renda própria, por exemplo, moendo açaí."

Silveira estava ao lado do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Sandoval Feitosa, no evento que oficializou a renovação dos contratos de concessão de um grupo de 14 distribuidoras de energia elétrica do País. Com duas empresas com contratos já renovados, são agora 16

concessionárias com prorrogação na prestação de serviço por mais 30 anos.

Hoje, o foco dos anúncios são os investimentos que serão desativados com a prorrogação antecipada dos contratos. O valor somado deve chegar aos R\$ 130 bilhões nos próximos cinco anos, inicialmente projetados.

A Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee) representa 99,6% das distribuidoras, com 42 associadas "Nosso segmento de distribuição está investindo e investirá até 2029, R\$ 235 bilhões", disse a presidente da entidade, Patricia Audi.

Pet Delícia Holding S/A

CNPJ/MF nº 25.267.563/0001-71

Demonstrações Financeiras do Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 (Valores expressos em Reais)

| Balanco Patrimonial | | | Demonstração do Resultado | | |
|--|----------------------|---------------------------------------|------------------------------------|----------------|----------------|
| Descrição | Saldo Atual | Descrição | Saldo | Total | |
| Ativo | 5.526.546,00D | Empréstimos e Financiamentos | 279.684,85C | - | - |
| Ativo Circulante | 16.562,82D | Empréstimos | 279.684,85C | (2.157.332,00) | |
| Disponível | 44,00D | Obrigações Tributárias | 1.968,81C | | |
| Bancos Conta Movimento | 41,00D | Impostos e Contribuições a Recolher | 1.968,81C | (53.433,64) | (53.433,64) |
| Aplicações Financeiras Liquidez Imediata | 3,00D | Passivo Não-circulante | 5.011.563,09C | | |
| Outros Créditos | 16.518,82D | Passivo Exigível a Longo Prazo | 5.011.563,09C | (194.983,01) | |
| Adiantamentos a Fornecedores | 256,01D | Empréstimos | 5.011.563,09C | (1.908.915,35) | (2.103.898,36) |
| Tributos a Recuperar/compensar | 16.262,81D | Patrimônio Líquido | 233.329,25C | | |
| Ativo Não-circulante | 5.509.983,18D | Capital Social | 21.451.937,76C | | |
| Investimentos | 5.509.983,18D | Capital Subscrito | 21.451.937,76C | (1.293.645,73) | (1.293.645,73) |
| Controladas e Coligadas - Equiv. Patrim. | 5.509.983,18D | Lucros ou Prejuízos Acumulados | 21.218.608,51D | | |
| Passivo | 5.526.546,00C | Lucros ou Prejuízos Acumulados | 21.218.608,51D | 928.939,35 | 928.939,35 |
| Passivo Circulante | 281.653,66C | | | (2.522.002,34) | (2.522.002,34) |
| | | | | (2.522.002,34) | (2.522.002,34) |
| Diretoria | Anirudha Deb | Tharso Nobrega Bersano | Reg. nº CRC-SP sob o N.º. 32459703 | | |

**GREVE**

Estudantes mantêm ocupação da reitoria da USP no 'Butantã'

MALU MÔES/AE

Estudantes estavam ocupando por 24 horas o prédio da reitoria da Universidade de São Paulo (USP), na Cidade Universitária, no Butantã, zona oeste da capital paulista, na tarde desta sexta-feira. Pela manhã, a instituição cortou o fornecimento de água e luz no edifício em busca de desmobilizar o movimento estudantil. Os alunos, porém, afirmam que só irão sair do local após a reitoria retomar as negociações com eles.

O protesto é organizado pelo Diretório Central dos Estudantes (DCE Livre) da USP. Os manifestantes tentam pressionar a universidade a atender às demandas da greve que começou em 15 de abril. Eles exigem melhorias nos refeitórios e aumento do valor das bolsas de permanência estudantil, além de reivindicações próprias de cada curso.

Após tentativas sem sucesso de negociação entre a USP e os alunos, a reitoria encerrou o diálogo na segunda-feira passada.

Por volta das 16h de quinta-feira, os manifestantes derrubaram um portão de metal e duas portas de vidro da reitoria e invadiram o edifício. Eles acampam com barracas na madrugada de sexta no saguão da reitoria e no jardim em frente ao prédio. Policiais militares já estavam dentro do prédio e fizeram um cordão de contenção para restringir a ocupação. Os agentes seguem no local monitorando o ato.

A USP disse lamentar a "escalada de violência" que "le-

vou à invasão do prédio principal da reitoria por manifestantes, com danos ao patrimônio público". "Diante dessa situação, e respaldada juridicamente, a Universidade adotou as medidas cabíveis, acionando as forças de segurança pública que, já presentes no local, atuam para evitar a ocupação de outros espaços e prevenir maiores danos patrimoniais. Em toda a ação, serão priorizadas a segurança e a integridade física de todos os envolvidos", afirmou em nota.

O DCE refuta que o ato seja violento. "Não somos nós que queremos depredar o patrimônio público. Queremos resolver isso o mais rápido possível para voltar para as nossas aulas. Queremos nos formar, queremos fazer os nossos estágios", afirmou a integrante da executiva do DCE e estudante de artes cênicas Danielly Oliveira.

Cartazes colocados no prédio trazem frases como "reitoria ocupada", "USP em greve por condições dignas de estudo e trabalho", "mãe, passei na USP, mas tem larvas na minha comida".

Os universitários tentam barrar a entrada de pessoas no prédio que não sejam do movimento estudantil. Eles chegaram a fazer um cordão de contenção e gritar palavras de ordem após uma ex-aluna contrária ao protesto tentar acessar o edifício. Frases como "não adianta tentar intimidar, nossa greve vai continuar" e "greve geral na educação para barrar a precarização" foram entoadas.

VENCIDOS

Audidores flagram desperdício de R\$ 4,3 milhões em remédios

FAUSTO MACEDO
E FELIPE DE PAULA/AE

Uma força-tarefa de 380 auditores do Tribunal de Contas do Estado (TCE) de São Paulo descobriu o descarte de medicamentos que somam mais de R\$ 4,3 milhões em prejuízos aos cofres públicos. A informação consta do relatório da 2ª Fiscalização Ordenada em 2026, produzido a partir de uma blitz da Corte de Contas em 300 municípios paulistas. A maior parte desse montante (63%) foi perdida porque os remédios ultrapassaram a data de validade enquanto aguardavam a distribuição nas prateleiras dos almoxarifados e farmácias municipais.

Na quinta-feira passada, a Corte de Contas fez a varredura simultaneamente. Os resultados foram divulgados nesta sexta-feira. Segundo o TCE, existe "um diagnóstico preocupante que vai muito além do desperdício financeiro". Os auditores anotam que ao mesmo tempo em que remédios vencidos ficam esquecidos, 73% das farmácias fiscalizadas enfrentam "desabastecimento de itens vitais", como psicofármacos e remédios para diabetes.

A conselheira Cristiana de Castro Moraes, presidente do TCE-SP, disse que medicamentos foram encontrados em "depó-

sitos com umidade, teto caindo".

"Encontramos situações de medicamentos estocados no chão, vimos também situações, por exemplo, de medicamentos controlados que estavam em armários sem chave e de fácil acesso à população", explicou a conselheira.

Segundo o tribunal, a "falha de planejamento é evidenciada pela ausência de controle efetivo do estoque físico, cujos quantitativos divergiram dos registros oficiais em mais da metade das unidades visitadas". Para os auditores, o cenário de inconsistência de inventário compromete a gestão eficiente da demanda, "dificultando o adequado planejamento e abastecimento das unidades".

O relatório produzido a partir da blitz em 300 cidades mostra que 81% das farmácias fiscalizadas "não possuem controle de demanda represada, o que impede dimensionar com precisão o real impacto do desabastecimento para a população".

Segundo a presidente da Corte, "mais de 70% das farmácias auditadas tiveram desabastecimento no último ano".

Os técnicos do TCE apontam "precariedade estrutural": pelo menos 55% das edificações visitadas operam sem o Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB).

Em diversas farmácias, se-

gundo o TCE, a "higiene básica é negligenciada, com a presença de umidade e mofo que comprometem a integridade dos medicamentos ainda dentro da validade".

Outro ponto abordado no relatório de fiscalização indica que embora os farmacêuticos estejam presentes em quase todas as unidades, oito em cada dez não conseguem realizar o acompanhamento dos pacientes por estarem "muito atarefados atendendo o balcão, ou por falta de salas que garantam a privacidade".

O documento destaca o capítulo da judicialização - atualmente, 659 mil pacientes são atendidos por ordem judicial no Estado. O Tribunal identificou que quase metade das prefeituras "não possui sequer um canal de diálogo com o Judiciário para tentar racionalizar esses gastos".

A inspeção avaliou a responsabilidade técnica farmacêutica, condições sanitárias e estruturais das unidades, controle de estoques, fornecimento adequado de medicamentos e os sistemas de proteção contra duplicidades, fraudes e desabastecimentos.

A ação se vincula diretamente ao ODS-3 (Saúde e Bem-Estar) e ao ODS-16 (Instituições Eficazes) da Organização das Nações Unidas (ONU). Para a realização do questionário apli-

cado nas cidades, o Tribunal de Contas do Estado contou com a parceria técnica do Conselho Regional de Farmácia.

Os auditores fazem boa avaliação sobre alguns pontos. "Ampla presença de farmacêuticos habilitados e registrados (94% das unidades visitadas), bem como um mínimo controle de estoque predominantemente informatizado e com rastreabilidade, cadeia de frio para termolábeis bem mantida na quase totalidade das unidades, e controles efetivos contra dispensação duplicada e retenção de receitas".

Mas eles consideram que as vulnerabilidades constatadas "exigem ação imediata, sobretudo em relação à segurança contra incêndios, o desabastecimento crônico, a restrição dos atendimentos dos profissionais farmacêuticos aos cidadãos, às perdas financeiras com medicamentos vencidos e o volume elevado de demandas judiciais".

O despecho da Fiscalização Ordenada terá relatórios individualizados, concluídos em até 30 dias, que serão remetidos para as prefeituras dos 300 municípios. Segundo o TCE, "gestores são cobrados sobre suas responsabilidades". Os relatórios também serão distribuídos entre os conselheiros do tribunal para a análise das contas dos municípios.

LINHAS 8 E 9

MP-SP abre novo inquérito para apurar falhas da ViaMobilidade

RARIANE COSTA/AE

O Ministério Público de São Paulo (MP-SP) instaurou um novo inquérito civil para investigar falhas na operação das linhas 8-Diamante e 9-Esmeralda, administradas pela ViaMobilidade. A apuração também inclui uma possível omissão da Agência de Transporte do Estado de São Paulo (Artesp) na fiscalização da concessão.

A portaria, assinada pelo promotor Silvío Antônio Marques em 30 de abril, cita "constantes falhas" no funcionamento das linhas e menciona acidentes, descarrilamentos, problemas de sinalização, atrasos frequentes e superlotação.

Segundo o documento, a investigação começou após uma

denúncia encaminhada à Ouvidoria do Ministério Público relatando problemas nas linhas 5-Lilás, 8-Diamante e 9-Esmeralda. Entre as queixas estão intervalos longos entre os trens, falhas de energia, falta de manutenção nos trilhos, evacuação de passageiros e número insuficiente de composições nos horários de pico.

Na própria portaria, o Ministério Público afirma que a Artesp "já prestou informações nos autos" sobre o caso. Procurada pelo Estadão, a agência reiterou que já se manifestou no inquérito. A ViaMobilidade informou que permanece à disposição das autoridades para prestar "todos os esclarecimentos necessários" e reiterou "seu compromisso com a qualidade dos serviços

prestados aos clientes".

A portaria também menciona o uso de estruturas da concessionária para fins comerciais e eventos, como um desfile de uma revista realizado com um trem da Linha 9-Esmeralda. O denunciante pediu ainda que o Ministério Público avalie a possibilidade de cassação da concessão da ViaMobilidade e transferência da operação para órgãos públicos.

O promotor ressalta que, embora a ViaMobilidade tenha firmado um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com o governo estadual e o Ministério Público em 2023, isso não impede novas investigações em caso de acidentes graves. Pelo acordo, a concessionária se comprometeu a pagar R\$ 150 milhões

em indenização e antecipar cerca de R\$ 636 milhões em investimentos nas linhas 8 e 9.

O novo inquérito cita ainda o descarrilamento de um trem da Linha 9-Esmeralda em 26 de abril, episódio que provocou transtornos aos passageiros e motivou novos pedidos de esclarecimento à concessionária e à Artesp.

Ainda pela decisão, a concessionária terá 15 dias para informar as causas do descarrilamento, apresentar relatórios técnicos e detalhar medidas adotadas para evitar novos acidentes. A Artesp também deverá esclarecer quais providências tomou após o episódio e informar se abriu procedimentos administrativos ou aplicou penalidades à empresa.

AEROPORTO

Briga entre taxistas e motoristas de app deixa homem ferido

RARIANE COSTA/AE

Uma briga entre taxistas e motoristas de aplicativo terminou com um homem ferido na noite de quinta-feira, no setor de desembarque do Terminal 2 do Aeroporto Internacional de São Paulo, em Guarulhos. A vítima, de 33 anos, foi agredida durante uma confusão que, segundo relatos, envolveu cerca de 20 motoristas.

De acordo com a Polícia Militar, equipes foram acionadas para atender uma ocorrência de agressão no aeroporto. Ao chegarem ao local, os policiais encontraram o homem com ferimentos pelo corpo, já sob atendimento da equipe médica do terminal.

Testemunhas relataram que as agressões aconteceram durante uma briga generalizada envolvendo taxistas. Os suspeitos deixaram o local antes da chegada da PM.

O caso foi registrado como lesão corporal na 3ª Delegacia de Atendimento ao Turista, instalada no próprio aeroporto, que realiza investigações para identificar os envolvidos e esclarecer as circunstâncias do caso.

Em nota, a concessionária do aeroporto informou que no momento do conflito os órgãos competentes foram acionados e que a vítima recebeu os primeiros socorros ainda no terminal antes de ser encaminhada ao hospital.

O aeroporto também afirmou que mantém ações permanentes de combate ao transporte clandestino "com alertas sonoros e visuais orientando passageiros a recusarem abordagens espontâneas nas áreas públicas". Segundo a concessionária, a fiscalização é feita pela Polícia Militar, Polícia Rodoviária Federal e Secretaria de Transportes de Guarulhos.

DIABO LOIRO

Ex-padrasto de MC Ryan é alvo de operação contra lavagem do PCC

FAUSTO MACEDO E
FELIPE DE PAULA/AE

A Polícia Civil e o Ministério Público de São Paulo deflagraram na manhã de sexta-feira, a Operação Caronte para desarticular um grupo criminoso que teria lavado dinheiro do Primeiro Comando da Capital (PCC) por meio de empresas de transporte e rodeios. O principal alvo é Eduardo Magrini, conhecido como "Diabo Loiro", apontado como líder do esquema e ex-padrasto do funkeiro MC Ryan SP, que também foi alvo recente de uma investigação sobre branqueamento de ativos milionários da facção.

"Diabo Loiro" foi preso em outubro do ano passado em uma investigação do Gaeco, braço do Ministério Público de combate aos tentáculos do crime organizado, por suspeita de envolvimento em um plano do PCC para assas-

sinar o promotor de Justiça Amauri Silveira Filho.

A Operação Caronte cumpriu 11 mandados de busca e apreensão em Campinas, Atibaia, Monte Mor, Sumaré, Limeira, Mogi das Cruzes, Osasco e Taquaritinga, cidades do interior paulista. A Justiça também determinou o bloqueio de R\$ 10 milhões em contas dos investigados, além da indisponibilidade de veículos e outros bens ligados aos suspeitos.

A operação apreendeu caminhões, automóveis, dinheiro em espécie, além de bois e cavalos. Entre os animais recolhidos está o boi "Império", considerado o terceiro mais bem ranqueado do Brasil.

O filho de Eduardo Magrini, Mateus Magrini, também é investigado e alvo de buscas. Segundo a investigação, ele teria movimentado recursos ilícitos por meio de uma empresa do ramo musical.

Mateus foi alvo da Operação Narco Fluxo, da Polícia Federal, ao lado de MC Ryan, em 15 de abril. O funkeiro, segundo a investigação, é ex-enteadado de "Diabo Loiro".

A investigação do Gaeco desmontou uma rede formada por sócios "laranjas", empresas de transporte e uma companhia do ramo de rodeios usada para movimentar recursos financeiros do PCC. Os investigadores também apontam vínculos de "Diabo Loiro" com as empresas e destacam que o empresário ostentava patrimônio milionário nas redes sociais.

Segundo a Promotoria, o esquema de lavagem com rodeios e empresas de transporte opera desde 2016. As suspeitas se intensificaram após análises fiscais e bancárias realizadas pelo Laboratório de Lavagem de Dinheiro do Ministério Público e por relatórios

do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), que indicaram movimentações incompatíveis com a renda declarada pelos investigados.

"Diabo Loiro" é apontado como integrante relevante do PCC no interior paulista. Segundo o Ministério Público, Magrini acumula cerca de 30 anos de envolvimento em crimes e possui condenações por tráfico de drogas e uso de documentos falsos desde 1998.

Nas redes sociais, antes de ser preso, Magrini se apresentava como "influencer digital" e compartilhava com cerca de 105 mil seguidores fotos em viagens, rodeios e ao lado de carros de luxo.

O nome da operação faz referência a Caronte, personagem da mitologia grega responsável por transportar as almas dos mortos pelos rios até o submundo de Hades.

Nota**CLIENTE QUE AGREDIU CABELEIREIRO COM FACA EM SP ENVIU MENSAGENS COM AMEAÇAS E OFENSAS**

Mensagens atribuídas à mulher presa após tentar esfaquear um cabeleireiro em um salão de beleza na Barra Funda, bairro da zona oeste de São Paulo, indicam que ela já havia ameaçado o profissional semanas antes da agressão que aconteceu na última terça-feira. Conversas divulgadas pela advogada do cabeleireiro Eduardo Ferrare nas redes sociais mostram ofensas e ameaças enviadas por WhatsApp após a cliente reclamar do resultado de um corte de cabelo. "Minha vontade era de ir aí e colocar fogo em você", escreveu a mulher em uma das mensagens enviadas no dia 14 de abril. Em outro trecho, ela chama o cabeleireiro de "viado desgraçado" e afirma que o profissional teria cortado seu cabelo sem autorização. "Parece que estou de corte químico de tãlo ralo", diz em uma sequência de reclamações. Segundo a advogada de Ferrare, Quecia Montino, o conteúdo das mensagens reforça a hipótese de que a agressão foi premeditada.

PSEUDOMONAS

Bactéria em produtos da Ypê é resistente a antibióticos

ALANA GANDRA/ABRASIL

A bactéria *Pseudomonas aeruginosa*, encontrada em diversos produtos da indústria Ypê, é uma bactéria de grande resistência a antibióticos, afirma o infectologista Celso Ferreira Ramos Filho em entrevista à Agência Brasil.

“Agora, excepcionalmente, ela causa doenças de forma espontânea. Ela vai causar doenças dentro de um hospital, em uma pessoa com traqueostomia, com respirador, com cateter venoso”, completou.

Segundo o infectologista, como se trata de uma bactéria ambiental, esponjas usadas normalmente para lavar louça ou panos de chão podem estar contaminados, já que a bactéria permanece viva na água.

De acordo com ele, a *Pseudomonas aeruginosa* é uma bactéria de “vida livre”, ou seja, diferente de outras bactérias como a *Escherichia coli*, que vive dentro do intestino, ou o meningococo, que vive nas fossas nasais das pessoas.

“Nós não vivemos em um ambiente que não tem microorganismos. Existem outras bactérias de vida livre, como a *Burkholderia* que, eventualmente, podem causar doenças no homem”.

Celso Ferreira é membro titular da Academia Nacional de Medicina (ANM) e professor aposentado da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

De acordo com a decisão da Anvisa, divulgada na quinta-feira passada, lava-louças (detergente), sabão líquido para rou-

pas e desinfetantes da Ypê com lote de numeração final 1 terão de ser recolhidos e não poderão ser usados pelos consumidores.

CARACTERÍSTICA

Segundo ele, a bactéria pode causar uma série de problemas em pessoas imunocomprometidas, desde infecção urinária a infecção respiratória em pessoas que têm problemas de pulmão crônicos, como enfisema, ou em pessoas submetidas a tratamento com cateter na veia.

“Colocam um tubo na traqueia e a bactéria pode entrar por ali. Também pode ocorrer em pessoas que estejam fazendo quimioterapia, o que faz com que haja um comprometimento maior e prévio da saúde da pessoa”, explicou Celso Ferreira.

PESSOAS

A médica Raiane Cardoso Chamon, professora do Departamento de Patologia da Faculdade de Medicina da Universidade Federal Fluminense (UFF), afirmou à Agência Brasil que o maior problema dessa bactéria ocorre quando pessoas imunocomprometidas, que têm o sistema imunológico enfraquecido, entram em contato com ela.

“Ela consegue causar infecções em pessoas que têm o sistema imune debilitado”.

Em pacientes que têm fibrose cística, por exemplo, ela é causa comum de pneumonia. E o tratamento é muito difícil. Advertiu, por outro lado, que ela pode causar também problemas em pessoas saudáveis.

“Dependendo da cepa da *Pseudomonas*, mesmo a pessoa saudável pode desenvolver uma

infecção, como a otite de nadador, em pessoas que nadam em águas recreativas, como piscinas, rios, praias”, ressaltou Chamon.

Para a profissional de saúde, o maior problema é quando a bactéria chega ao ambiente hospitalar, e a porta de entrada, geralmente, são as pessoas que trabalham ali ou entram no hospital, explicou a profissional de saúde.

A médica relatou ainda que, dentro do ambiente hospitalar, onde uma pressão seletiva de antibióticos é muito grande, a bactéria carrega dentro dela uma série de resistências.

Segundo Chamon, isso pode provocar infecções mais graves, associadas a pessoas que usam sonda urinária, têm infecção de corrente sanguínea, estão com pneumonia, pessoas com ventilação mecânica, E o tratamento, por conta da gravidade da infecção, é mais difícil, além da questão de a bactéria aumentar o poder de resistência.

“Esse é o pior cenário de todos”, afirmou.

CONTAMINAÇÃO

Como a *Pseudomonas aeruginosa* é uma bactéria que vive muito bem no solo, na água e em ambientes úmidos, Raiane acredita que a contaminação pode ter ocorrido no momento de produção.

“Não houve um controle microbiológico adequado. Provavelmente, algum reagente na hora de fabricação desses produtos estava contaminado pela *Pseudomonas*, e acaba que ela consegue se multiplicar nesses ambientes úmidos também”,

explicou.

“Na falta do controle microbiológico nas etapas necessárias de fabricação, pode ter tido um crescimento descontrolado de uma cepa específica, que vive melhor em ambientes com detergentes, por exemplo, e a gente acaba detectando, ela, nesses materiais”.

Segundo a médica, existem níveis aceitáveis de contaminação microbiana em todos os produtos. O que não pode ultrapassar esse nível para não oferecer risco à saúde, principalmente nos indivíduos que estão mais comprometidos em seu sistema imune.

COMUNICADO

Em comunicado divulgado na quinta-feira, a Ypê esclareceu que está colaborando integralmente com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) “e conduzindo todas as ações necessárias com máxima prioridade, responsabilidade e transparência”.

A empresa informou ainda que vem realizando análises técnicas e avaliações complementares, incluindo testes e laudos independentes, que estão sendo apresentados à Anvisa, “reforçando o compromisso da empresa com a qualidade, a segurança e a conformidade regulatória dos seus produtos”.

A indústria se compromete ainda a incorporar de forma imediata eventuais aprimoramentos e recomendações regulatórias da Agência ao seu Plano de Ação e Conformidade Regulatória, desenvolvido em conjunto com a própria Anvisa desde dezembro de 2025.

BOMBA CASEIRA

Artefato explode em escola em Belford Roxo e fere 8 alunos

ALANA GANDRA/ABRASIL

Oito estudantes, com idades entre 13 e 15 anos, ficaram feridos sem gravidade durante a explosão de um artefato no interior de uma escola no bairro Areia Branca, em Belford Roxo, na Baixada Fluminense. O caso ocorreu no Centro Integrado de Educação Pública (CIEP) Lasar Segall. Os alunos foram encaminhados para o Hospital Municipal de Belford Roxo.

De acordo com informação do Corpo de Bombeiros, um material explosivo teria sido detonado no pátio da escola, após ser manuseado por um aluno. Os bombeiros chegaram ao local por volta das 8h15, em apoio ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu), e prestaram os primeiros socorros ainda dentro

da escola.

O governo do estado informou que está acompanhando as circunstâncias da explosão. As aulas foram suspensas para garantir a segurança dos estudantes e funcionários e o Conselho Tutelar também foi acionado. A Secretaria de Estado de Educação (Seeduc) presta apoio aos alunos, familiares e profissionais da escola.

A área foi isolada pela Polícia Militar para a realização da perícia. Equipes especializadas do Esquadrão Antibomba da Coordenadoria de Recursos Especiais da Polícia Civil (CORE) efetuaram uma varredura preventiva no local para garantir a segurança dos estudantes e funcionários da unidade escolar e seguem fazendo o trabalho de perícia para identificar as causas da explosão.

VIOLÊNCIA URBANA

Passageira de carro de aplicativo é morta após briga de trânsito

Uma mulher que estava em um carro de aplicativo morreu baleada com um tiro nas costas durante uma briga de trânsito na zona sudoeste do Rio de Janeiro, na tarde de quinta-feira passada. Thamires Rodrigues de Souza Peixoto, de 28 anos, chegou a ser levada para a Unidade de Pronto Atendimento (UPA) da Cidade de Deus, mas não resistiu aos ferimentos.

De acordo com o registro de ocorrência, o motorista do carro de aplicativo teria discutido com um outro motorista. O segundo condutor teria se

exaltado e atirado contra o carro em que Thamires estava. Ele fugiu após os disparos.

Segundo a Polícia Militar, após a vítima dar entrada na UPA, agentes 18º BPM (Jacarepaguá) foram até o local, onde o motorista de aplicativo relatou os detalhes da ocorrência.

De acordo com a Polícia Civil, a Delegacia de Homicídios da Capital (DHC) foi acionada e investiga o caso. O motorista do carro em que a vítima estava foi ouvido e outras diligências estão em andamento para identificar o autor dos disparos.

CARDEAL CÂMARA

Prefeitura conclui revitalização de condomínio residencial na Zona Norte

A Prefeitura do Rio concluiu as obras de requalificação do Condomínio Residencial Cardeal Câmara, em Irajá, na Zona Norte. Os serviços chegaram à unidade por meio do programa Conjunto Maravilha, coordenado pela Secretaria Municipal de Infraestrutura e a Empresa Municipal de Urbanização (Rio-Urbe). Com investimento de R\$ 3,4 milhões, a intervenção abrangeu uma área de mais de 16 mil metros quadrados e trouxe melhorias importantes para o dia a dia de cerca de 640 moradores, deixando os espaços mais seguros, organizados e agradáveis. O conjunto residencial tem 10 blocos, cada bloco com quatro andares e quatro apartamentos por andar.

As obras começaram com a retirada de estruturas antigas e danificadas, como partes do salão de festas e do parquinho. Essa etapa abriu caminho para a recuperação geral do condomínio, com reparos nos prédios, telhados e áreas comuns, além da pintura das fachadas e dos muros, que deram uma nova cara ao espaço.

Também foram feitas melhorias na parte estrutural, como a recuperação e limpeza das caixas d'água e do reservatório, garantindo melhores condições de uso. Os pisos foram recuperados



DIVULGAÇÃO

e os espaços ganharam nova pintura, incluindo intervenções em grafite que ajudam a valorizar o ambiente.

Na fase final, as equipes concentraram os trabalhos nas áreas de lazer, que foram totalmente revitalizadas. O parquinho recebeu novos brinquedos, grama sintética e proteção com alambrado. A quadra ganhou novos equipamentos, como tra-

ves e tabelas de basquete, além de nova pintura. Já o salão de festas foi reformado e recebeu uma nova cobertura, ficando mais confortável para os moradores.

Conjunto Maravilha segue levando infraestrutura e mais qualidade de vida

Desde 2021, o programa Conjunto Maravilha já concluiu 40 obras em conjuntos

habitacionais das zonas Norte e Oeste e conta com outras seis em andamento. A iniciativa atua na recuperação de áreas comuns de unidades populares do município, com melhorias que vão desde a requalificação de fachadas, telhados e redes hidráulicas até a revitalização de espaços de lazer, como quadras, parquinhos e salões de festa.

Nota

FÁBRICA DE PRODUÇÃO DE LINHA CHILENA É FECHADA

Dois homens foram presos e uma fábrica ilegal de produção de linha chilena em Jacarepaguá, na zona sudoeste do Rio, fechada por agentes da Delegacia de Proteção ao Meio Ambiente da Polícia Civil. A linha chilena é proibida em lei estadual de novembro de 2017, por provocar ferimentos graves e até a morte de vários motociclistas. A linha atinge o motociclista normalmente na altura do pescoço e pode levar à morte. O texto da lei proíbe a comercialização, o uso, porte e a posse da substância constituída de vidro moído e cola, conhecida como

cerol, que serve para uma pipa cortar a outra, uma brincadeira tradicional. “A medida proíbe também a linha encerada, preparada com quartzo moído, algodão e óxido de alumínio, conhecida como linha chilena, e de qualquer produto utilizado na prática de soltar pipa que tenha elementos cortantes”. A operação de quinta-feira passada ocorreu com base no cruzamento de dados e troca de informações de inteligência. A Polícia Civil descobriu a existência de uma fábrica clandestina bem estruturada de linha chilena, que abastecia diversos estados do Brasil. Os agentes flagraram grande quantidade de material ilícito, como linha chilena e utensílios utilizados na produção.

DOENÇA

Fiocruz obtém patente para tratamento contra malária resistente

RAFAEL CARDOSO/ABRASIL

A Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) conseguiu a patente de um método de tratamento que utiliza um composto considerado promissor no tratamento da malária, especialmente em casos resistentes aos medicamentos tradicionais.

A patente foi concedida pelo United States Patent and Trademark Office (USPTO) e reúne inventores do Instituto René Rachou, unidade da Fiocruz em Minas Gerais.

O método utiliza o composto conhecido como DAQ, que demonstrou capacidade de atuar contra cepas resistentes do *Plasmodium falciparum*, parasita responsável pelas formas mais graves da doença. Segundo os pesquisadores, o diferencial está na capacidade de superar mecanismos de resistência desenvolvidos pelo microrganismo.

Embora o DAQ não seja uma molécula inédita, já que sua atividade antimalárica foi descrita ainda na década de 1960, o grupo da Fiocruz coordenado pela pesquisadora Antoniana Krettli retomou os estudos utilizando abordagens mais recentes da química e da biologia molecular.

“Essa molécula já tinha sido descrita como promissora, mas acabou sendo deixada de lado. O nosso grupo retomou esse estudo e mostrou um mecanismo único de superar mecanismos

de resistência desenvolvidos pelo parasita, ao identificar uma característica estrutural decisiva: a presença de uma ligação tripla na cadeia química”, explica Wilian Cortopassi, pesquisador colaborador da Fiocruz.

O composto atua de forma semelhante à cloroquina, interferindo em um processo essencial para a sobrevivência do parasita. Durante a digestão da hemoglobina humana, o microrganismo produz substâncias tóxicas que normalmente consegue neutralizar. O DAQ bloqueia esse mecanismo de defesa, levando à morte do parasita.

Os estudos indicaram ação rápida do composto nas fases iniciais da infecção e eficácia tanto contra cepas sensíveis quanto resistentes do *Plasmodium falciparum*. Os pesquisadores também identificaram resultados promissores contra o *Plasmodium vivax*, responsável pela maior parte dos casos de malária registrados no Brasil.

Outro ponto destacado pelos pesquisadores é o baixo custo potencial da molécula, fator considerado estratégico para países de baixa e média renda, onde a malária permanece endêmica.

As pesquisas contaram com colaboração de instituições como a University of California San Francisco (UCSF), a Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio).

MARIANA

Fundo que repara danos de barragem libera R\$ 75,8 milhões

BRUNO DE FREITAS
MOURA/ABRASIL

O Fundo Rio Doce, criado para garantir ações de reparação dos danos causados pelo rompimento da barragem de Fundão, na cidade mineira de Mariana, em 2015, chegou à marca de R\$ 75,8 milhões liberados para novos projetos nos últimos três meses.

O anúncio foi feito na tarde desta sexta-feira pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em um evento no Museu de Mariana.

Os recursos, que começaram a ser liberados em fevereiro, são destinados a sete projetos. A maior liberação é para a iniciativa Florestas Produtivas com Barraginhas, que recebeu R\$ 23,6 milhões.

O projeto tem o objetivo de implantar 1,4 mil hectares de florestas produtivas. Essa área equivale a quase nove vezes o tamanho do Parque Ibirapuera, em São Paulo.

Outra meta é a construção de 4,2 mil barraginhas, pequenas bacias escavadas no solo, projetadas para captar água da chuva e promover a infiltração no terreno. É considerada uma tecnologia de baixo custo e de combate a erosões.

O projeto vai oferecer também assistência técnica rural e capacitação para 4.650 unidades produtivas.

O projeto está habilitado a receber o total de R\$ 100,89 milhões nos próximos anos.

SOLUÇÃO AMBIENTAL

O projeto é de responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA). A Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater), vinculada ao ministério, é a executora.

Com os recursos, serão implantados sistemas agroflorestais (SAF), isto é, a harmonização de culturas agrícolas e espécies florestais.

A gerente extraordinária de Reparação do Rio Doce na Anater, Adriana Aranha, aponta que as SAFs contribuem para a recomposição de ecossistemas degradados.

“É um projeto baseado na agricultura de baixo carbono [redução de emissão de gases do efeito estufa], que traz ganhos envolvendo a mitigação climática e a estabilidade produtiva”, diz.

TECNOLOGIA

O segundo projeto a receber mais recursos é o Rio Doce Semear Digital, com aporte inicial de R\$ 19,1 milhões e projeção de chegar a R\$ 30 milhões nos próximos anos.

A proposta é levar tecnologia digital e conectividade para plantações e pecuária. Serão estruturados quatro Centros de Propagação de Inovação Digital Inclusiva (CPIDI), nos municípios mineiros de Governador Valadares, Raul Soares e Caratinga, além de Colatina (ES) - todos na Bacia do Rio Doce.

Os demais recursos se estendem para iniciativas voltadas à consulta a comunidades quilombolas e indígenas sobre temas que afetam diretamente territórios desses povos; assessoria técnica a comunidades tradicionais e plano integrado de desenvolvimento.

Para a diretora de Crédito Digital para Micro, Pequenas e Médias Empresas e Gestão do Fundo do Rio Doce do BNDES, Maria Fernanda Coelho, o repasse anunciado reforça o compromisso do banco “em fazer chegar os recursos com rapidez e eficiência”.

“Com a adoção de boas práticas de governança e de mecanismos de transparência que permitem acompanhar a execução dos projetos, contribuímos para que as ações de reparação avancem, alcan-

çando quem precisa e gerando ganhos concretos para a população rural e para o meio ambiente”, diz.

RENDA MENSAL

Fora dos quase R\$ 80 milhões, o BNDES desembolsou mais parcelas do Programa de Transferência de Renda (PTR). Por essa iniciativa, pescadores e agricultores recebem, ao longo de três anos, repasses mensais de 1,5 salário mínimo. No quarto e último ano, o valor é reduzido para um salário mínimo.

Os repasses ultrapassam R\$ 247 milhões e são transferido para a Caixa Econômica Federal, que cuida da operação do programa.

As liberações do PTR começaram em julho passado e somam, por enquanto, R\$ 950 milhões.

ROMPIMENTO

O rompimento da barragem em Mariana aconteceu no dia 5 de novembro de 2015. Cerca de 39 milhões de metros cúbicos de rejeitos - volume suficiente para encher 15,6 mil piscinas olímpicas - escoaram por 663 quilômetros pela Bacia do Rio Doce até encontrar o mar no Espírito Santo. É considerado um dos maiores desastres ambientais da história do Brasil.

A tragédia deixou 19 mortos. Os distritos mineiros de Bento Rodrigues e Paracatu foram destruídos pela enxurrada. Houve impactos ambientais e as populações de dezenas de municípios de Minas e do Espírito Santo foram afetadas.

A barragem pertencia à mineradora Samarco, uma joint venture (parceria empresarial) entre a Vale e a anglo-australiana BHP Billiton. Na esfera criminal, não houve presos nem condenados.

Apesar de haver acordo no Brasil, a BHP enfrenta um processo na Justiça britânica por causa da tragédia ambiental. A multinacional tem sofrido derrotas sucessivas nas tentativas de impedir que o caso seja julgado em solo britânico.

REPARAÇÃO

Um primeiro acordo de reparação envolvendo a Samarco e suas acionistas foi pactuado com o poder público em março de 2016, resultando na criação da Fundação Renova.

No entanto, a insatisfação com o desempenho da Renova levou a um novo acordo, firmado em outubro de 2024 e homologado no mês seguinte pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Além da extinção da Renova, os novos termos do acordo determinam o valor total de R\$ 170 bilhões em ações de reparações. Esse montante inclui o Fundo Rio Doce, de R\$ 49,1 bilhões.

Essa estrutura financeira será administrada ao longo de 22 anos pelo BNDES, vinculado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços.

Entre as responsabilidades do banco estão a aplicação dos recursos, prestação de contas e transferências às instituições executoras.

Os repasses são realizados após aprovação do Comitê Gestor do Rio Doce, formado por representantes do governo federal.

Os aportes da Samarco no Fundo Rio Doce são feitos em parcelas. O BNDES já recebeu R\$ 6,4 bilhões. Até agora, o comitê gestor aprovou R\$ 8,4 bilhões em projetos, tendo R\$ 2,2 bilhões já sido repassados pelo BNDES aos interessados.

O BNDES disponibiliza uma página na qual é possível acompanhar, em detalhes, a prestação de conta do Fundo Rio Doce.

DOSIMETRIA

Davi Alcolumbre promulga lei que beneficia golpistas

LUCAS PORDEUS LEÓN/ABRASIL

O presidente do Congresso Nacional, senador Davi Alcolumbre (União-AP), informou nesta sexta-feira que promulgou a Lei da Dosimetria. A decisão será publicada em edição extra do Diário Oficial da União. “Nos termos da Constituição Federal, compete ao Presidente do Senado Federal promulgar a lei quando o Presidente da República não o faz no prazo constitucional de 48 horas”, informou, por meio de nota, o senador Alcolumbre.

A Lei da Dosimetria reduz as penas para os condenados por tentativa de golpe de Estado no Brasil no contexto dos atos de 8 de janeiro de 2023, quando

apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro, inconformados com o resultado das eleições de 2022, depredaram as sedes dos Três Poderes, em Brasília, pedindo um golpe militar e a deposição do presidente eleito democraticamente.

O projeto de lei foi vetado na íntegra pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que alegou que o texto viola o interesse público ao reduzir penas de crimes contra a democracia. Porém, o Congresso Nacional derrubou o veto do presidente Lula.

Ao todo, o Supremo Tribunal Federal (STF) condenou 1,4 mil pessoas por crimes contra a democracia, sendo 431 penas de prisão, 419 penas alternativas e outros 552 acordos de não persecução penal.

De acordo com levantamento do STF, o maior grupo de condenados é formado por 404 réus que receberam penas de um ano de prisão, número equivalente a 28% do total de condenações.

Em seguida, foram registradas 213 condenações a 14 anos de prisão, representando 15,19% do total.

A pena mais alta foi aplicada ao ex-presidente Jair Bolsonaro, único condenado a 27 anos e três meses de prisão. Para se beneficiar da redução das penas, os condenados devem ingressar com um pedido para recalcular a pena no Supremo.

ENTENDA

O PL da Dosimetria determina que os crimes de tentativa de acabar com o Estado De-

mocrático de Direito e de golpe de Estado, quando praticados no mesmo contexto, implicarão no uso da pena mais grave em vez da soma de ambas as penas.

O foco do projeto é uma mudança no cálculo das penas, “calibrando a pena mínima e a pena máxima de cada tipo penal, bem como a forma geral de cálculo das penas”.

Tais mudanças devem beneficiar condenados pelo 8 de janeiro, como o ex-presidente Jair Bolsonaro, além dos militares Almir Garnier, ex-comandante da Marinha; Paulo Sérgio Nogueira, ex-ministro da Defesa; Walter Braga Netto, ex-ministro da Casa Civil; e Augusto Heleno, ex-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI).

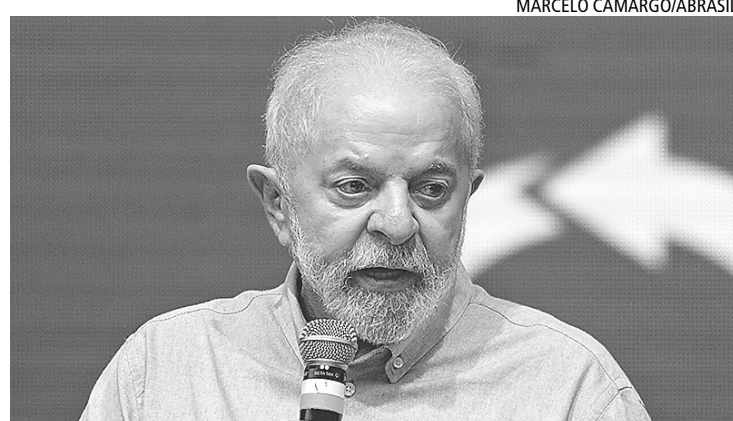
RECADO DADO

‘Ninguém respeita lambe-botas’, diz Lula sobre reunião com Trump

PEDRO RAFAEL VILELA/ABRASIL

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva voltou a comentar, nesta sexta-feira, sobre o encontro bilateral com o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, na Casa Branca, em Washington, na quinta-feira passada. Durante evento em que anunciou a renovação de contratos de energia elétrica em 13 estados, Lula afirmou ter dito ao norte-americano que aceita debater qualquer assunto de interesse de ambos os países.

“Foi com essa franqueza que eu fui dizer ao presidente Trump. Quer discutir big techs? Vamos discutir as big techs. Quer discutir as suas plataformas? vamos discutir. Quer discutir crime organizado? Nossa Polícia Federal está preparada para combater o crime organizado aqui e lá fora. Não tem veto para discutir”, afirmou.



MARCELO CAMARGO/ABRASIL

Lula ainda afirmou que os dois líderes têm idade avançada e não têm tempo a perder.

“Ainda disse para o presidente Trump: ‘somos dois homens de 80 anos de idade. E dois homens de 80 anos de idade não brincam em serviço, a natureza é implacável, teoricamente nós temos menos tempo pela frente. Por isso, nós temos que saber o

que queremos fazer’. É dessa forma que a gente vai ganhando a respeitabilidade. Ninguém respeita quem não se respeita, ninguém respeita lambe-botas”, afirmou.

Lula reafirmou também a determinação dada para que equipes dos dois governos fechem em 30 dias uma proposta para resolver o impasse sobre tarifas

de exportação e sobre uma investigação comercial aberta pelos EUA contra o Brasil desde o ano passado.

O presidente reforçou ainda a posição do Brasil de estar aberto a negócios com todos os países, desde que garantida a soberania brasileira.

“Nós não temos veto aos EUA, não temos veto à China, não temos veto à Rússia, não temos veto à França, não temos veto ao México, não temos veto à Alemanha. Quem quiser fazer negócio com o Brasil, que venha. Estaremos de braços abertos para comprar e para vender, estaremos de braços abertos para fazer transferência de tecnologia e receber tecnologia nova”, disse.

Em postagem nas redes sociais, Trump informou que discutiu “muitos tópicos” com Lula, incluindo questões comerciais e de tarifas, e chamou Lula de “um presidente muito dinâmico”.

CANDIOTA III

Justiça suspende licença de operação de usina de carvão

RAFAEL CARDOSO/ABRASIL

A Justiça Federal determinou, em caráter liminar, a suspensão da licença de operação da usina de carvão mineral Candiota III, no sudoeste do Rio Grande do Sul.

O principal argumento apresentado pela juíza Rafaela Santos Martins da Rosa, do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, em Porto Alegre, é a urgência de lidar com o impacto provocado pelas emissões de gases do efeito estufa (GEE) do empreendimento.

O autor da ação civil pública é o Instituto Arayara, organização não governamental de litigância climática. Entre os réus estão a Ámbar Energia, proprietária de Candiota III e braço do grupo J&F Investimentos, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), a União e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (Ibama).

A Justiça estabeleceu um prazo de 15 dias para o Ibama apresentar o histórico completo de infrações e multas que tenham sido recebidos pela empresa durante a vigência da licença atual.

A liminar também determina regras para a eventual concessão de uma nova licença. Em primeiro lugar, deve ser apresenta-

da uma análise de impacto climático das operações da usina.

Outra exigência é a anexação do histórico de infrações, valores envolvidos, suspeitas de fraude documental, além de provar medidas corretivas implantadas.

A empresa responsável pela usina também precisa comprovar que implementou soluções técnicas para seguir os padrões de emissão de poluentes atmosféricos, como SO2 e material particulado.

“Essa demonstração não pode se limitar a projeções ou compromissos genéricos, devendo ser baseada em evidências técnicas robustas, testes operacionais consistentes e, se necessário, na modernização substancial dos sistemas de controle de emissão”, diz trecho da decisão.

Por fim, uma nova licença exigiria um plano de descomissionamento, que é o processo para desativar e desmontar definitivamente a usina. Isso inclui trazer cronogramas fixos, metodologia técnica detalhada e garantias financeiras para recuperação das áreas degradadas e gestão de passivos ambientais.

A Justiça determinou que o Ibama apresente, até o dia 5 de novembro de 2026, uma decisão final sobre o procedimento de

renovação da licença, sob pena de multa diária de dez mil reais.

Em nota, o Instituto Arayara comemorou a decisão e disse ser um marco na luta contra o uso de combustíveis fósseis altamente poluentes.

“Esta liminar reconhece que não se pode mais ignorar o impacto climático no licenciamento ambiental. A usina Candiota III, com seu histórico de emissões, deve agora se adequar aos mais rigorosos padrões técnicos ou encerrar suas atividades de forma responsável através do descomissionamento”, diz a nota da equipe jurídica do instituto.

HISTÓRICO

O prazo para a renovação da licença de operação da Usina Termelétrica Candiota III, que vigorou 10 anos, expirou no dia 5 de abril de 2026. A proprietária do empreendimento solicitou ao Ibama uma autorização para manter a usina em funcionamento e aguarda o parecer.

A Lei 15.269/2025, sancionada em novembro de 2025, garantiu a operação da usina até dezembro de 2040. A norma converteu a MP 1.304/2025, estabelecendo a contratação compulsória de usinas de carvão mineral nacional como reserva de capacidade para segurança do Sistema Interligado Nacional (SIN).

O Ministério de Minas e Energia (MME) aprovou em abril deste ano a minuta de contrato para a usina termelétrica no Leilão de Reserva de Capacidade (LRCAP) 2026, com receita anual de aproximadamente R\$ 859,8 milhões.

O funcionamento da usina, porém, depende da licença do Ibama. O Instituto Arayara diz que Candiota III acumulou uma dívida de mais de 125 milhões de reais em multas por pelo menos 12 infrações ambientais, sem registro de pagamento.

Também aponta irregularidades como contaminação de águas, retomada da operação sem comunicação formal, desligamento do sistema de monitoramento atmosférico e apresentação de relatórios com conteúdo repetitivo e informações falsas.

Um estudo recente publicado em conjunto com o Centre for Research on Energy and Clean Air (CREA) associou as atividades carboníferas no município de Candiota com 1,3 mil mortes e prejuízos de R\$11,7 bilhões em saúde até 2040.

A reportagem procurou a Associação Brasileira do Carbono Sustentável (ABCS), que representa todas as empresas carboníferas do país, e aguarda resposta para incluir o posicionamento da entidade.

GOLPISTAS DO 8/1

Moraes vai relatar ações contra Lei da Dosimetria

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O ministro Alexandre de Moraes (foto), do Supremo Tribunal Federal (STF), vai relatar as ações que contestam a constitucionalidade da Lei da Dosimetria, promulgada nesta sexta-feira pelo presidente do Congresso, senador Davi Alcolumbre (União-AP).

Moraes foi relator das ações penais em que os acusados foram apenados. A norma permite a redução das penas dos réus que foram condenados pelos atos golpistas de 8 de janeiro de 2023, entre eles, o ex-presidente Jair Bolsonaro.

Até o momento, o Supremo recebeu ações protocoladas pela Federação PSOL-Rede e a Associação Brasileira de Imprensa (ABI).

Os partidos e a associação contestam a deliberação do Congresso, que, na semana passada, derrubou o veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao projeto de lei.

Para a federação, a redução das penas incide sobre crimes contra a democracia e representa uma "gravidade institucional".

"Trata-se de matéria que transcende interesses individuais e alcança a própria preservação da ordem democrática e da integridade das instituições republicanas, circunstância que



MARCELO CAMARGO/ABRASIL

exige atuação cautelar firme e imediata do Supremo Tribunal Federal", afirmaram os partidos.

No entendimento da ABI, a lei "banaliza" os ataques à democracia brasileira.

"A multidão que pega em armas e se propõe a abolir o Estado Democrático de Direito de forma violenta, por meio de golpes de Estado, deve ter os seus membros mais fortemente sancionados pelo Direito Penal exatamente pelo potencial que têm de agir sem quaisquer amarras morais", defendeu a entidade.

Após ser escolhido relator do caso, Moraes deu prazo para cinco dias para a Presidência da República e o Congresso se manifestarem sobre a questão.

Em seguida, será a vez da Advocacia-Geral da União (AGU) e a Procuradoria-Geral da República (PGR).

Depois de receber as manifestações, o ministro vai decidir se a lei será suspensa. Não há prazo para decisão.

PT, PCDOB E PV

A federação partidária forma-

da pelo PT, PCdoB e PV também anunciou que vai contestar a Lei de Dosimetria no Supremo.

Segundo os partidos, não há qualquer justificativa constitucional para que crimes contra a democracia tenham penas abrandadas.

"Os crimes contra o Estado Democrático de Direito constituem o núcleo mais grave de ofensas ao ordenamento jurídico, pois atentam contra as próprias bases do sistema constitucional", argumentaram as legendas.

STF

Bolsonaro entra com revisão criminal para anular condenação

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

A defesa do ex-presidente Jair Bolsonaro protocolou nesta sexta-feira, no Supremo Tribunal Federal (STF), um pedido de revisão criminal para anular a condenação a 27 anos e 3 meses de prisão no processo da trama golpista.

De acordo com os advogados, a condenação deve ser revista porque houve "erro judiciário".

"O que esta revisão criminal demonstrou, assim, foi um quadro de erro judiciário em sua acepção mais grave, precisamente aquela que legitima a atuação rescindente desta Su-

prema Corte", afirmaram os advogados.

No ano passado, Bolsonaro foi condenado pela Primeira Turma da Corte, formada pelos ministros Alexandre de Moraes, Flávio Dino, Cristiano Zanin e Cármen Lúcia.

Conforme determina o regimento interno do Supremo, a revisão criminal deverá ser julgada pela Segunda Turma, composta por André Mendonça e Nunes Marques, ambos indicados por Bolsonaro, além de Gilmar Mendes, Dias Toffoli e Luiz Fux.

Durante o julgamento de Bolsonaro, Fux mudou para a Segunda Turma após votar pela absolvição do ex-presidente.

RECURSO

No recurso, a defesa contestou a tramitação do processo que condenou Bolsonaro. Para os advogados, por estar na condição de ex-presidente, Bolsonaro deveria ter sido julgado pelo plenário da Corte, e não pela Primeira Turma.

Os advogados também afirmaram que a delação do ex-ajudante de ordens de Bolsonaro Mauro Cid não foi voluntária e deve ser anulada. A falta de acesso integral às provas da investigação também foi suscitada.

No mérito, a defesa afirma que não foram indicadas provas da participação de Bolsonaro

nos atos golpistas de 8 de janeiro de 2023 e na liderança de um plano para planejar um golpe de Estado.

"É incontroverso nos autos que não há nenhuma ordem ou orientação do ex-presidente em relação ao 8 de janeiro", afirmaram os advogados.

Bolsonaro foi condenado por cinco crimes: organização criminosa armada, tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, golpe de Estado, dano qualificado pela violência e grave ameaça e deterioração de patrimônio tombado.

O ex-presidente cumpre prisão domiciliar por razões de saúde.

CRIME CONTRA HONRA

Nunes Marques arquiva ação de Bolsonaro contra Lula e Gleisi

RAISA TOLEDO/AE

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Nunes Marques seguiu parecer da Procuradoria-Geral da República (PGR) e decidiu arquivar na quinta-feira passada, uma ação apresentada pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) contra o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e a deputada federal Gleisi Hoffmann (PT-PR).

A representação pedia a abertura de ação penal por crimes contra a honra, por declarações feitas pelos petistas sobre Bolsonaro durante a campanha presidencial de 2022. O ministro entendeu que as falas ocorreram dentro do contexto da disputa político-eleitoral e não configuraram infração penal.

Bolsonaro alegou que Lula e Gleisi cometeram crimes ao associá-lo a milícias e ao assassinar o vereador Marielle Franco, ao chamá-lo de "genocida"

da" e sua atuação em meio à pandemia de covid-19 de "demoníaca" em manifestações públicas feitas no período eleitoral.

O STF entendeu que as declarações de Lula se enquadraram como críticas políticas à condução do governo Bolsonaro. Já as manifestações de Gleisi Hoffmann foram consideradas protegidas pela imunidade parlamentar.

O ministro também denotou que as palavras empregadas tinham "atribuição de uma responsabilidade política e não propriamente jurídica". "Delimitadas as expressões no contexto da contenda político-eleitoral, alheio aos contornos jurídico-penais, não cabe a responsabilização penal do representado", escreveu.

Nunes Marques ressaltou que não houve oferecimento de denúncia pela PGR nem abertura de investigação formal sobre o caso.

"Além de o Ministério Públi-

co não ter oferecido denúncia, nem requisitado a instauração de inquérito para apuração dos fatos, não há notícia da formulação de queixa-crime pelo ora representante", escreveu, acrescentando que "não cabe ao Supremo, diante da promoção de arquivamento emanada do Chefe do Ministério Público, exercer qualquer juízo de valor que resulte no acolhimento do pedido".

Justiça Eleitoral suspende calendário de eleição suplementar em Roraima em decisão liminar

POR RAISA TOLEDO

O Tribunal Regional Eleitoral de Roraima (TRE-RR) concedeu na terça-feira, 5, liminar que suspende por dez dias o andamento da eleição suplementar ao governo do Estado, marcada para 21 de junho.

A decisão do juiz eleitoral Allan Kardec Mendonça Filho, que ainda precisa ser analisada

FALCATRUA FINANCEIRA

Emenda 'comprada' por dono do Master colocaria FGC em risco

ALEX RODRIGUES/ABRASIL

A 5ª fase da Operação Compliance Zero, deflagrada pela Polícia Federal (PF) na quinta-feira passada, evidenciou os riscos para o sistema financeiro de se elevar o limite de cobertura do Fundo Garantidor de Créditos (FGC), como propôs o senador Ciro Nogueira (PP-PI), alvo da operação.

O presidente do Partido Progressista (PP) apresentou, em agosto de 2024, uma emenda à Proposta de Emenda à Constituição nº 65/2023, que discute a autonomia do Banco Central (BC).

O texto, que ficou conhecido como Emenda Master, defende a ampliação da garantia ordinária do FGC dos atuais R\$ 250 mil para R\$ 1 milhão.

Segundo a PF, a emenda foi elaborada por assessores do Banco Master, do banqueiro Daniel Vorcaro, e entregue a Nogueira para que apresentasse ao Congresso Nacional como sendo de sua autoria.

Em troca, o senador recebia, do banqueiro, entre R\$ 300 mil e R\$ 500 mil mensais, além de desfrutar de vantagens como o custeio de viagens internacionais, hospedagens e de despesas em restaurantes.

Segundo a PF, Vorcaro teria dito a interlocutores que a emenda "saiu exatamente como mandei".

A emenda do senador Ciro Nogueira foi rejeitada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, por inconstitucionalidade e inadequação técnica.

"A Emenda nº 11 é inoportuna, ao contrariar o modelo bem-sucedido na prática nacional e internacional e ao engessar no texto constitucional matéria regulatória de natureza essencialmente dinâmica e que requer a disciplina em disposições legais mais flexíveis", avaliou o relator da PEC, senador Plínio Valério (PSDB-AM), ao rejeitar a proposta

PROTEÇÃO

Criado em 1995 para administrar os mecanismos de proteção do sistema financeiro, prevenir crises bancárias sistêmicas e proteger os clientes e investidores, o FGC é uma entidade privada que, em tese, permitiria ao Estado deixar de socorrer instituições financeiras em dificuldades.

Mantido por contribuições mensais das instituições associadas, o fundo garante o pagamento de até R\$ 250 mil a cada pessoa ou empresa que tenha valores depositados em instituições financeiras alvo de processos de intervenção ou liquidação executados pelo Banco Central. E cobre contas correntes e poupança; CDB e RDB; LCI; LCD; LCA; LH; LC; conta salário e operações compromissadas.

O FGC encerrou 2025 com R\$ 123,2 bilhões em caixa. Desse montante, a entidade teve que separar R\$ 40,6 bilhões para restituir os clientes do conglomerado Master (Banco Master, Master de Investimentos e Letsbank) cujos investimentos não superavam o teto de R\$ 250 mil.

Depois, com as liquidações da Will Financeira e do Banco Pleno, o impacto total nas reservas do fundo alcançou R\$ 57,4 bilhões, o equivalente a quase metade (46,6%) do total disponível.

PICARETA

Na avaliação do economista William Baghdassarian, professor do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (Ibmec), se aprovada, a proposta de quadruplicar o limite de cobertura do FGC resultaria no encarecimento das tarifas bancárias e na possível alta dos juros de empréstimos, já que as instituições financeiras precisariam dar mais dinheiro para o fundo. "Estariamos deslocando

parte do lucro dos bancos, de seus acionistas, para o fundo. Como um banco nunca fica no prejuízo, o efeito esperado seria um aumento das tarifas bancárias e, eventualmente, das taxas de juros, como compensação", explicou Baghdassarian à Agência Brasil, prevenindo um "efeito dominó" que afetaria todo o sistema financeiro.

O economista também destacou o "risco moral" da proposta. Segundo ele, R\$ 1 milhão de garantia incentivaria instituições a oferecerem lucros implausíveis sob a falsa sensação de segurança total.

"O FGC existe justamente para socorrer correntistas de bancos que se comportem mal seja por incompetência, seja por atos ilícitos", explicou Baghdassarian.

"Mas também pode estimular as instituições a prometerem uma rentabilidade muito alta, minimizando os riscos do investimento com o argumento de que, até este limite, o dinheiro está protegido. É um incentivo a um comportamento pícaro", disse.

PÉ NA JACA

O economista Cesar Bergo, professor da Universidade de Brasília (UnB), concorda com a avaliação de que a elevação do limite de garantia ameaçaria a sobrevivência do FGC.

Segundo ele, até a primeira fase da Operação Compliance Zero tornar público as irregularidades praticadas pelo Master e outras instituições, como o Banco de Brasília (BRB), e fundos de pensão, ninguém imaginava que, mesmo com o teto atual, alguém poderia causar um prejuízo de R\$ 50 bilhões ao FGC.

"A aprovação do novo limite poderia ter colocado todo o sistema em colapso, pois deixaria o fundo sem margem de manobra para responder a qualquer outro problema no mercado financeiro", alerta Bergo.

Para o professor, o limite de R\$ 250 mil funcionou como uma barreira frente à agressividade do Master, que mesmo oferecendo taxas de retorno superiores à oferecida pelos concorrentes, enfrentava dificuldades para captar recursos justamente por não oferecer garantias a grandes investidores. Bergo estima que, caso a emenda do senador Ciro Nogueira fosse aprovada, o prejuízo causado pelo Master teria sido, no mínimo, R\$ 15 bilhões superior ao registrado.

"Não tenho dúvidas de que, se a emenda fosse aprovada, o pessoal [do mercado] começaria a propagandear que os investimentos até R\$ 1 milhão estariam seguros, garantidos, atraídos mais e maiores investimentos", acrescentou Bergo.

Para ele, havia uma distorção na emenda parlamentar: o uso de recursos coletivos para proteger investidores de alta renda que, por definição, conhecem os riscos do mercado.

"A regra é que, quanto maior o risco, maior o retorno. E quem tem R\$ 1 milhão para aplicar, conhece os riscos. Então, não há dúvidas de que, se aumentassem o limite para R\$ 1 milhão, as pessoas iam meter o pé na jaca, ignorar os riscos e colocar seu dinheiro, esperando um bom retorno", avalia.

A Agência Brasil entrou em contato com a assessoria do senador Ciro Nogueira, mas não recebeu nenhuma resposta às críticas dos especialistas, e está aberta a manifestações.

REPÚDIO

Na quinta-feira, após policiais federais realizarem buscas e apreensões em endereços residenciais e comerciais associados ao parlamentar, seus advogados divulgaram nota em que afirmam que Nogueira contribuirá com a Justiça para esclarecer que não participou de qualquer atividade ilícita.

EUA

Membro do Fed segue otimista com cortes de juros

PEDRO LIMA/AE

O presidente do Federal Reserve (Fed, o banco central norte-americano) de Chicago, Austan Goolsbee, afirmou nesta sexta-feira, que segue otimista quanto à possibilidade de cortes de juros nos Estados Unidos, caso a inflação retome trajetória consistente em direção à meta de 2% e o mercado de trabalho permaneça estável. Em entrevista à Bloomberg TV, o dirigente destacou, porém, que o avanço do processo desinflacionário perdeu força recentemente, em meio ao choque nos preços do petróleo.

Segundo Goolsbee, o relatório de emprego (payroll) de abril mostrou "um mês bastante estável" para o mercado de trabalho norte-americano.

O dirigente afirmou que o Fed precisa monitorar atentamente a inflação e as expectativas inflacionárias dos consumidores, ressaltando que os preços seguem acima da meta há cinco anos. "A inflação está piorando, mas o mercado de trabalho segue estável. Preci-

samos ficar de olho nisso", disse.

Goolsbee acrescentou que a direção da inflação diante do choque de petróleo é atualmente o principal foco do banco central. Ele também classificou um cenário de estagnação como "um dos desafios mais difíceis" para autoridades monetárias.

Apesar de reiterar que ainda vê espaço para redução dos juros no futuro, o presidente do Fed de Chicago ponderou que "seria errado pensar que cortes são a única opção" à disposição da autoridade monetária.

Sobre o balanço patrimonial do Fed, Goolsbee afirmou que ele ainda pode ser reduzido, embora não esteja claro se isso será necessário.

O dirigente também disse ter simpatia pela visão do possível próximo presidente do Fed, Kevin Warsh, sobre a comunicação do banco central e se mostrou aberto a discutir propostas para alterar a forma como a instituição se comunica com o mercado, inclusive com a possível abolição do gráfico de pontos.

REINO UNIDO

Starmer descarta renúncia após perdas dos trabalhistas

O primeiro-ministro Keir Starmer afirmou nesta sexta-feira que não renunciará após eleições desgastantes nas quais seu Partido Trabalhista sofreu grandes perdas e o partido de direita Reform UK obteve ganhos expressivos.

As eleições locais e regionais são amplamente vistas como um referendo não oficial sobre Starmer, cuja popularidade despencou desde que ele levou os trabalhistas ao poder, há menos de dois anos.

Eleitores ficaram impacientes por crescimento econômico e mudanças mais profundas após 14 anos de governo conservador, e muitos parlamentares trabalhistas passaram a se frustrar com a dificuldade do governo em entregar resultados.

Com cerca de um quarto dos votos apurados na manhã desta sexta, Starmer disse que assumia a responsabilidade por um resultado "muito duro", mas que não deixaria o cargo.

"Os eleitores enviaram uma mensagem sobre o ritmo da mudança, sobre como querem ver suas vidas melhoradas", disse. "Fui eleito para enfrentar esses

desafios e não vou me afastar deles e mergulhar o país no caos."

O Reform UK, liderado pelo veterano político nacionalista Nigel Farage, conquistou centenas de cadeiras em conselhos locais em áreas operárias no norte da Inglaterra, como Hartlepool, antes redutos sólidos dos trabalhistas, e também avançou sobre os conservadores em regiões como Havering, no leste de Londres.

Farage afirmou que os resultados marcaram uma "mudança histórica na política britânica".

O quadro pode mudar ao longo do dia, à medida que os resultados forem sendo divulgados na maioria dos conselhos locais, inclusive em redutos trabalhistas, como Londres. Votos também serão contados nas disputas pelos parlamentos semiautônomos da Escócia e do País de Gales.

Uma derrota acachapante dos trabalhistas poderia desencadear movimentos de parlamentares inquietos para derrubar um líder que obteve vitória esmagadora em julho de 2024. Mesmo que Starmer sobreviva por enquanto, muitos analistas

duvidam que ele conduza o partido até a próxima eleição nacional, que deve ocorrer até 2029.

O vice-primeiro-ministro David Lammy alertou o partido para não derrubar o premiê, dizendo que "não se troca o piloto durante o voo".

O Reform UK, que faz campanha com uma mensagem anti-establishment e anti-imigração, também busca avanços na Escócia e no País de Gales, embora os nacionalistas pró-independência do Partido Nacional Escocês (SNP) e do Plaid Cymru sejam mais propensos a formar governos em Edimburgo e Cardiff.

Espera-se que o SNP conquiste o maior número de cadeiras em Edimburgo, onde governa desde 2007.

Perder o controle do País de Gales seria um duro golpe para os trabalhistas, que podem ser empurrados para o terceiro lugar, atrás de Plaid Cymru e Reform UK. O Partido Trabalhista domina a política galesa há um século e lidera o governo sediado em Cardiff desde que ele foi criado, em 1999.

Em todo o Reino Unido, os trabalhistas perdem votos pa-

ra o Reform UK, à sua direita, e também para o Partido Verde, cuja popularidade cresceu sob o líder autodeclarado "eco-populista" Zack Polanski. Os Verdes esperavam aumentar sua fatia de votos e conquistar centenas de cadeiras em conselhos locais em centros urbanos e cidades universitárias.

O Partido Conservador também perdeu espaço, enquanto os centristas Liberal Democrats obtiveram alguns ganhos.

Os resultados refletem uma fragmentação da política britânica após décadas de domínio de trabalhistas e conservadores e tornam difícil prever o desfecho da próxima eleição nacional.

John Curtice, professor de política da Universidade de Strathclyde, disse que o Reino Unido está entrando em uma nova era política em que "nenhum dos partidos é muito grande".

"Mesmo o Reform provavelmente ainda não está nem perto de 30% dos votos, então a fragmentação da política britânica é sublinhada por esses resultados", afirmou à BBC.

GUERRA

EUA vão mediar conversas entre Israel e Líbano nos dias 14 e 15

THAIS PORSCH/AE

Os EUA vão mediar dois dias de conversas intensivas entre os governos de Israel e Líbano nos dias 14 e 15 de maio, segundo comunicado oficial divulgado nesta sexta-feira, pelo Departamento de Estado.

Com base na rodada de conversas de 23 de abril, ambas as delegações se envolverão em discussões detalhadas com o objetivo de avançar em um acordo abrangente de paz e segurança que aborde as preocupações centrais de ambos os países, diz o departamento.

"As discussões construirão um quadro para arranjos duradouros de paz e segurança, a restauração completa da so-

berania libanesa em todo o seu território, a delimitação de fronteiras e a criação de caminhos concretos para alívio humanitário e reconstrução no Líbano", acrescentou.

Segundo o governo americano, ambas as partes se comprometeram a abordar essas conversas com seus interesses nacionais em mente, com os EUA trabalhando para conciliar as ideias de maneira que ofereça segurança para Israel e soberania e reconstrução ao Líbano.

O departamento também frisou que a paz abrangente depende da restauração completa da autoridade do Estado libanês e do desarmamento do Hezbollah, grupo considerado uma Organização Terrorista Estrangeira pelos EUA.

POR 3 DIAS

Trump diz que Rússia e Ucrânia concordaram com cessar-fogo

PEDRO LIMA/AE

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, afirmou nesta sexta-feira que Rússia e Ucrânia concordaram com um cessar-fogo de três dias entre 9 e 11 de maio, em meio às celebrações do Dia da Vitória na Rússia e à continuidade das negociações para encerrar a guerra. Em publicação na Truth Social, Trump disse que a trégua incluirá a suspensão de "todas as atividades cinéticas" e uma troca de mil prisioneiros de cada lado.

"Estou satisfeito em anunciar que haverá um cessar-fogo de TRÊS DIAS (9, 10 e 11 de maio) na guerra entre Rússia e Ucrânia", escreveu Trump.

Segundo o republicano, o pedido foi feito "diretamente" por ele e aceito pelo presidente russo, Vladimir Putin, e pelo presidente ucraniano, Volodimir Zelenski. "Esperançosamente, este é o começo do fim de uma guerra muito longa, mortal e duramente travada", acrescentou.

"As negociações para encerrar este grande conflito, o maior desde a Segunda Guerra Mundial, continuam, e estamos chegando cada vez mais perto a cada dia", escreveu Trump.

O anúncio ocorre após Mos-



REPRODUÇÃO

cou já ter sinalizado uma pausa temporária nos combates durante as celebrações do 81º aniversário da vitória soviética sobre a Alemanha nazista na Segunda Guerra Mundial, principal feriado cívico-militar da Rússia.

Na segunda-feira, o Ministério da Defesa russo declarou unilateralmente um cessar-fogo para sexta-feira e sábado, mas

ameaçou realizar um "massivo ataque com mísseis ao centro de Kiev" caso a Ucrânia tentasse interromper as festividades do Dia da Vitória.

Zelenski respondeu na ocasião afirmando que a Ucrânia observaria uma trégua a partir da meia-noite local de quarta-feira, reagindo "na mesma medida" às ações russas, sem esta-

belecer prazo final para o cessar-fogo. O líder ucraniano também pressionou Moscou a adotar "passos reais" para encerrar a guerra.

As negociações ocorrem em meio a preocupações russas com possíveis ataques de drones ucranianos durante o desfile militar na Praça Vermelha, em Moscou.

MAR DE OMÃ

Irã apreende petroleiro e acusa navio de prejudicar exportações

PEDRO LIMA/AE

A Guarda Revolucionária Islâmica do Irã (IRGC, na sigla em inglês) informou nesta sexta-feira que forças navais iranianas apreenderam o petroleiro Ocean Koi no Mar de Omã, acusando a embarcação, que navega sob bandeira de Barbados, de tentar prejudicar as exportações de petróleo e os interesses econômicos do país em meio à escalada das tensões no Oriente Médio.

Em comunicado, a IRGC informou que comandos navais realizaram uma "operação especial" para interceptar o navio, descrito por Teerã como um "petroleiro infrator". A embarcação estaria transportando carga de petróleo pertencente à República Islâmica do Irã.

O comunicado afirma que

a ação foi executada em cumprimento a uma resolução do Conselho Supremo de Segurança Nacional e por ordem judicial. De acordo com o governo iraniano, o Ocean Koi teria se aproveitado das condições de instabilidade regional para "causar perturbações nas exportações de petróleo e nos interesses do povo iraniano".

Após a apreensão, comandos e fuzileiros da Marinha iraniana conduziram o navio até a costa sul do país, onde ele foi entregue às autoridades judiciais. A IRGC também afirmou que a Marinha do Exército iraniano continuará defendendo "com firmeza os interesses e os ativos do povo iraniano" nas águas da região e declarou que não haverá "complicância com qualquer infrator ou agressor".

DEMANDA DOMÉSTICA

China: receita do turismo no feriado do Dia do Trabalho crescem 2,9%

A China registrou aumento na receita do turismo durante o feriado de cinco dias do Dia do Trabalho, mas o gasto por viagem permaneceu abaixo do nível de um ano antes, refletindo a persistente fraqueza da demanda doméstica.

As receitas do turismo na China durante o feriado do Dia do Trabalho, encerrado na terça-feira passada, subiram 2,9% em relação ao ano anterior, para 185,5 bilhões de yuans, equiva-

lentes a US\$ 27,3 bilhões, enquanto o número de viagens domésticas avançou 3,6% na mesma comparação, informou o Ministério da Cultura e Turismo na noite de quinta-feira passada.

No entanto, o crescimento tanto da receita do turismo quanto do número de viajantes foi mais lento do que durante o feriado do Ano Novo Lunar.

O gasto por viagem durante o feriado de cinco dias caiu de 574

yuans (US\$ 84,35) por viagem em 2025 para 571 yuans (US\$ 83,91) neste ano, segundo cálculos do Wall Street Journal com base em dados oficiais.

"Isso aponta novamente para a fragilidade do sentimento do consumidor: as famílias estão dispostas a viajar, mas hesitam em abrir a carteira", afirmou Xiangrong Yu, economista do Citigroup, em nota.

Segundo Yu, os aumentos da receita do turismo e do nú-

mero de viajantes foram impulsionados por volume, e não por preços, já que o gasto per capita permaneceu 10,7% abaixo dos níveis de 2019, antes de a economia chinesa ser afetada pela pandemia de Covid-19.

Os gastos durante os feriados públicos na China são acompanhados de perto pelos mercados como um importante indicador da confiança do consumidor.